



RESOLUÇÃO Nº 9/2019, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Estabelece o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 12 do Estatuto, na 5ª reunião realizada aos 28 dias do mês de junho do ano de 2019, tendo em vista a aprovação do Parecer nº 12/2018/CONSUN de um de seus membros, nos autos do Processo nº 23117.029588/2018-17, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP); e ainda,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SLTI nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências,

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Uberlândia (2018-2021), conforme transcrito no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Eletrônico.

Uberlândia, 28 de junho de 2019.

VALDER STEFFEN JÚNIOR

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Valder Steffen Junior**,
Presidente, em 02/07/2019, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília,
com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1358747** e o código CRC **88D2724D**.

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 9/2019, DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Universidade Federal de Uberlândia
Prefeitura Universitária
Diretoria de Sustentabilidade

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Uberlândia
2018

Lista de abreviaturas

A3P - Agenda ambiental na Administração Pública
CGPCS - Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável
CIGEA - Gestão e Educação Ambiental
CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONSUN - Conselho Universitário
CTI - Centro de Tecnologia da Informação
DIEPC - Divisão de Elaboração de Projetos Básicos e Acompanhamento de Contratos
DIRCO - Diretoria de Comunicação Social
DCONT - Divisão de Contratos
DIFIN - Divisão Financeira
DIRAM - Diretoria de Administração de Materiais
DIRCL - Diretoria de Compras e Licitações
DIRIE - Diretoria de Infraestrutura
DIRLO - Diretoria de Logística
DIROR - Diretoria de Orçamento
DIRQS - Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor
DISAO - Divisão de Saúde Ocupacional
DISEG - Divisão de Serviços Gerais
DIRSU - Diretoria de Sustentabilidade
DIVIG - Divisão de Vigilância e Segurança Patrimonial
ESEBA - Escola de Educação Básica

ESTES - Escola Técnica de Saúde
GABIR - Gabinete do Reitor
GT - Grupo de trabalho
HC - Hospital de Clínicas
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OE - Objetivos Estratégicos
PCS – Produção e Consumo Sustentável
PES – Projeto Esplanada Sustentável
PIB - Produto Interno Bruto
PLS - Plano de Logística Sustentável
PLS-UFU - Plano de Logística Sustentável da UFU
PREFE - Prefeitura Universitária
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
SESET - Setor de Engenharia e Segurança do Trabalho
SIAPS - Setor Integrado de Ações de Promoção à Saúde
SisPES – Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Lista de Figuras

Figura 1 - Etapas do PLS-UFU.
Figura 2 - Campus Santa Mônica - Uberlândia/MG.
Figura 3 - Campus Umuarama – Uberlândia/MG.
Figura 4 - Campus Educação Física – Uberlândia/MG.
Figura 5 - Campus Glória – Uberlândia/MG.
Figura 6 - Campus Pontal – Ituiutaba/MG.
Figura 7 - Campus Monte Carmelo/MG.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Metas, ações e indicadores para racionalização e redução do uso de papel.
Quadro 2 - Metas, ações e indicadores para redução do uso de copos descartáveis.
Quadro 3 - Metas, ações e indicadores para redução do consumo de cartuchos e tonners para impressoras.
Quadro 4 - Metas, ações e indicadores para redução do consumo de energia elétrica.
Quadro 5 - Metas, ações e indicadores para racionalização, redução e destinação da água e esgoto.

Quadro 6 - Metas, ações e indicadores para redução gastos com telefonia.

Quadro 7 - Metas, ações e indicadores para melhorar a qualidade de vida dos servidores.

Quadro 8 - Metas, ações e indicadores para redução dos gastos com deslocamento.

Quadro 9 - Campanhas de sensibilização a serem realizadas.

Quadro 10 - Campanhas de capacitação de servidores.

Quadro 11 - Resumo de Metas.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Comunidade de usuários UFU.

Tabela 2 - Consumo de papel comum nos anos de 2014 a 2016.

Tabela 3 - Consumo de papel reciclado nos anos de 2014 a 2016.

Tabela 4 - Consumo de copos descartáveis de 200 ml e 50 ml de 2014 a 2016.

Tabela 5 - Dados de cartuchos e tonners de 2014 a 2016.

Tabela 6 - Consumo de energia elétrica nos anos de 2012 a 2016.

Tabela 7 - Consumos de água de 2014 a 2016.

Tabela 8 - Dados de coleta seletiva de papel, papelão e plástico de 2014 a 2016.

Tabela 9 - Dados de Qualidade de vida no ambiente de trabalho no período de 2014 a 2016.

Tabela 10 - Gastos com telefonia fixa no período de 2014 a 2016.

Tabela 11 - Gastos com telefonia móvel no período de 2014 a 2016.

Tabela 12 - Dados relacionados com vigilância no período de 2014 a 2016.

Tabela 13 - Dados relacionados à limpeza no período de 2014 a 2016.

Tabela 14 - Dados referentes ao deslocamento de pessoal no período de 2014 a 2016.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.1. Caracterização da Instituição

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

2.2. Específicos

3. METODOLOGIA

3.1. Elaboração

3.2. Implementação

3.3. Avaliação da implementação

4. DIAGNÓSTICO

- 4.1. Inventário de práticas de sustentabilidade
- 4.2. Inventário de bens e similares
 - 4.2.1. Materiais de Consumo
 - 4.2.1.1. Papel Comum
 - 4.2.1.2. Papel Reciclado
 - 4.2.1.3. Copos Descartáveis
 - 4.2.1.4. Cartuchos e Tonners
 - 4.2.2. Energia Elétrica
 - 4.2.3. Água e esgoto
 - 4.2.4. Coleta Seletiva
 - 4.2.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
 - 4.2.6. Telefonia
 - 4.2.6.1. Telefonia Fixa
 - 4.2.6.2. Telefonia Móvel
 - 4.2.7. Vigilância
 - 4.2.8. Limpeza
 - 4.2.9. Deslocamento de pessoal
 - 4.2.10. Compras e contratação em geral

5. PLANOS DE AÇÃO

- 5.1. Material de consumo
 - 5.1.1. Papel
 - 5.1.2. Copos descartáveis
 - 5.1.3. Cartuchos e tonners para impressão
- 5.2. Energia elétrica
- 5.3. Água e esgoto
- 5.4. Telefonia
- 5.5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho
- 5.6. Deslocamento de pessoal

6. AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

- 6.1. Ações de sensibilização
- 6.2. Ações de capacitação

7. MESTAS GLOBAIS

8. AVALIAÇÃO DO PLS-UFU

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE – FÓRMULAS

APRESENTAÇÃO

A preocupação com a sustentabilidade do planeta tem sido cada vez mais externada pelos governos, grandes empresas e organizações sociais, principalmente após encontros internacionais iniciados com a Conferência de Estocolmo em 1972, destacando-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, onde 172 países assumiram, por meio da Agenda 21, o desejo de promover a mudança para um padrão de comportamento que permita o desenvolvimento sustentável no planeta.

Em seu capítulo 4º, a Agenda 21 ressalta que os países devem estabelecer programas e desenvolver políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças, voltados à necessidade de se alterar os padrões atuais de produção e consumo, levando-se em conta que o planeta é finito em suas capacidades de gerar recursos e absorver os impactos da poluição gerada pelo desenvolvimento desenfreado.

Em 2007, o Brasil aderiu ao Processo de Marrakesh, o qual foi estruturado para dar resposta às questões de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS). Em 2008, por meio da Portaria MMA nº 44, de 13 de fevereiro, foi criado o Comitê Gestor Nacional de Produção e Consumo Sustentável (CGPCS), que têm por objetivo a promoção de um Plano de Ação conjunta com diversos atores do governo, da iniciativa privada e organizações da sociedade civil, visando à PCS.

Como consequência da PCS, o setor público passou a preocupar-se com as compras e licitações sustentáveis uma vez que estas respondem por cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Este, por ser um importante agente econômico, deve atuar como parâmetro para as produções e consumos cada vez mais sustentáveis, com o intuito de contribuir para que se torne um processo contínuo e cíclico também em outros setores da sociedade, promovendo a mudança das práticas que têm levado à destruição inconsequente dos recursos naturais e diminuindo, assim, as cargas ambientais impostas ao planeta.

No final do ano de 2012, por meio da promulgação e normatização pelo Governo Federal da Instrução Normativa nº 10, em 12 de novembro de 2012 (IN 10/2012), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), tornou-se obrigatória para os órgãos públicos a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS). O PLS foi embasado no Art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que agrega ao princípio constitucional da isonomia a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e no Art. 15 do Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que trata de normas complementares sobre critérios e práticas de sustentabilidade, a partir das proposições da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), uma instituição pública comprometida com o Meio Ambiente e a Sustentabilidade, após longos debates instituiu em novembro de 2012 a Resolução nº 26 do Conselho Universitário (CONSUN), que estabelece sua Política Ambiental, traduzida em um conjunto amplo e cuidadosamente detalhado de princípios e diretrizes, que visam implantar ou adaptar ações institucionais que possibilitem promover o desenvolvimento sustentável da UFU e da sociedade em seu entorno. A referida

resolução definiu o alicerce da Política Ambiental da UFU e, ao mesmo tempo, determinou a formação da Comissão Institucional de Gestão e Educação Ambiental (CIGEA), cujo regulamento Interno foi aprovado pelo Reitor da UFU em dezembro de 2013, sendo responsável por supervisionar a implementação da Política Ambiental na Universidade em diálogo com o seu CONSUN.

Desta forma, o Plano de Logística Sustentável da UFU (PLS-UFU) é concebido como um compromisso institucional, já expresso também através de ações anteriores, como práticas de racionalização de gastos públicos, explicitando a transparência, economia e sustentabilidade na gestão da instituição pública.

O PLS-UFU, assim como a implementação da CIGEA, servirão como referências para toda a comunidade universitária na sensibilização com relação ao meio ambiente, consumo e utilização racional dos recursos adquiridos com verbas públicas, colaborando para uma mudança nos valores individuais e coletivos, a fim de conscientizar sobre a responsabilidade do ser humano, reconhecendo-o como principal protagonista da problemática socioambiental.

Este PLS-UFU deverá sofrer atualizações bianuais, sendo composto por objetivos e metas bastante detalhados, que deverão ser abraçados e cumpridos por toda comunidade universitária. Desta forma, todas as contribuições serão bem recebidas e as sugestões de melhorias devem ter as fontes de recursos previamente explicitadas e bem definidas.

Finalmente, este documento segue uma sistemática que leva em conta a seguinte distribuição de temas: a) motivações para a elaboração do PLS; b) contextualização da UFU como instituição aceleradora do desenvolvimento e suas responsabilidades com a sustentabilidade; c) diagnóstico das áreas envolvidas com o PLS, a saber, material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva de resíduos, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal e qualidade de vida no ambiente de trabalho; d) elaboração dos objetivos do PLS; e) planos de ação para cada objetivo estratégico e f) atualização do inventário dos bens patrimoniais da instituição.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Por volta da década de 1960, começam a se manifestar os primeiros episódios contra a degradação ambiental que tornaram imperativo uma mudança de visão de mundo, a fim de conciliar o desenvolvimento social e econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas, a partir de um modelo de crescimento menos consumista e ecologicamente mais equilibrado.

Iniciam-se, então, movimentos e eventos para discutir a questão ambiental, como o Clube de Roma em 1968, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano em 1972, o relatório Brundtland "Nosso Futuro Comum" em 1987 e a ECO-92. Este último evento contou com novas edições em 1997 (Rio+5), em 2002 (Rio+10) e em 2012 (Rio+20). Nestes ambientes, foram discutidos novos rumos para o desenvolvimento dos países, baseado em um modelo de sustentabilidade com mecanismos e instrumentos para alcançar este fim.

Um dos produtos destes eventos ambientais foi a Agenda 21, que é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, pelo governo e pela sociedade civil, buscando novos sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício e trazendo uma reinterpretação do conceito de progresso e prosperidade. Um dos temas tratados no acordo refere-se à mudança nos padrões atuais de consumo, por meio do desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo, que exercem grande pressão sobre o meio ambiente

e seus recursos naturais, além de agravarem a pobreza.

As práticas sustentáveis precisam ser adotadas não apenas pelo setor privado. Conforme salientada pela Agenda 21 Brasileira, é importante a atuação proativa do Governo na busca de mudança de paradigma e no fomento da produção e do consumo sustentáveis. Assim, o tema da sustentabilidade e do uso racional dos recursos naturais deve ser trazido para dentro da Administração Pública.

Além do princípio da eficiência na gestão pública e do dever de defender o ambiente e preservá-lo, há no arcabouço ordenativo de diversas leis que vão ao encontro da sustentabilidade e do uso racional dos recursos, tais como: a Lei da Eficiência Energética (Lei Federal nº 10.295/2001), que determina ao Poder Executivo desenvolver mecanismos capazes de promover a eficiência energética nas edificações construídas no país (BRASIL, 2001); o Decreto Federal nº 5.940/2006, que determina a realização de coleta seletiva de resíduos da Administração Pública Federal e sua destinação a associações e cooperativas de catadores de produtos recicláveis (BRASIL, 2006); a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Federal nº 12.187/2009) que tem em um dos seus instrumentos o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações públicas para propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais (BRASIL, 2009); e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, que define critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, contratação de serviços e obras na esfera pública federal (MPOG, 2010).

A introdução da responsabilidade ambiental para dentro do setor público já se materializou em ações concretas. Um exemplo é o Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), instituído pela Portaria Interministerial nº 244/2012, como um projeto piloto que busca incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo, de gestão organizacional e de processos, estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal (MPOG et al., 2012).

Seguindo esta nova linha de ação governamental e em atendimento a IN 10/12, surge a necessidade de elaboração do PLS-UFU que busca sensibilizar, evidenciar e fomentar ações e comportamentos de sustentabilidade dentro da universidade, promovendo práticas que visem ao uso racional de recursos, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida.

1.1. Caracterização da Instituição

A UFU é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério de Educação, que tem como objetivo promover ensino, pesquisa e extensão, trazendo desenvolvimento socioeconômico ao país, em especial às regiões do Triângulo Mineiro e do Alto do Paranaíba do Estado de Minas Gerais.

A sua história inicia-se na década de 1950, com a junção de cursos de graduação e de faculdades isolados, cujas entidades mantenedoras eram famílias, instituições religiosas e comunitárias. A partir de então, passa a agregar outras escolas de ensino superior existentes e a criar novos cursos, expandindo sua atuação.

Atualmente, a Universidade está distribuída em sete Campi, quatro em Uberlândia (Educação Física, Santa Mônica, Umuarama e Glória) e os demais nos municípios de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, nos quais estão localizadas, em 2017, 30 unidades acadêmicas com 93 cursos de graduação e 47 programas de pós-graduação que oferecem 40 cursos de mestrado acadêmico, oito cursos de mestrado profissional e 20 cursos de doutorado.

Além da graduação e pós-graduação, a UFU conta ainda com a Escola de Educação Básica (ESEBA), a Escola Técnica de Saúde (ESTES) e 3 hospitais (Hospital Universitário, Hospital Odontológico e Hospital Veterinário).

Assim, o público alvo prioritário do PLS-UFU é composto pelos seus docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados, o que se aproxima a um universo de 40.000 pessoas. Secundariamente, pretende-se atingir também a comunidade que de diversas formas interage com a Universidade.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

O presente PLS da Universidade Federal de Uberlândia (PLS-UFU) tem como objetivo adotar critérios sustentáveis em suas rotinas administrativas, com práticas que visam à melhoria contínua de seus processos e a sensibilização dos servidores, discentes, colaboradores e visitantes da instituição com vistas a mudanças de conduta.

Além disso, o PLS-UFU servirá de ferramenta no uso racional de recursos públicos e planejamento da sustentabilidade com objetivos, responsabilidades, definição de ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, procurando, ao mesmo tempo, atender a comunidade acadêmica otimizando gastos.

2.2. Específicos

Os objetivos específicos do PLS-UFU são aqueles que propiciam ferramentas adequadas para que a UFU possa ter condições objetivas de racionalizar os seus gastos com materiais e insumos básicos adotando critérios de sustentabilidade, sendo eles:

- a) Difundir e promover a prática da ecoeficiência no ambiente da UFU;
- b) Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade;
- c) Qualificar e quantificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- d) Estabelecer parcerias, visando à reciclagem, reuso ou à destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- e) Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- f) Promover ações de sensibilização e capacitação da comunidade universitária, visando a construção de novos hábitos que propiciem um novo olhar ao gerenciamento de recursos públicos.

3. Metodologia

O PLS-UFU foi elaborado por membros da Comissão Institucional de Gestão e Educação Ambiental (CIGEA), composta por 15 conselheiros (sendo 5 membros de cada segmento da Universidade, a saber: professores, técnico-administrativos e discentes) e pela equipe da Diretoria de Sustentabilidade (DIRSU) da Prefeitura Universitária (PREFE).

A CIGEA, juntamente com a DIRSU, levantou informações junto aos diferentes órgãos que compõem a estrutura administrativa da Universidade, a fim de angariar dados referentes ao uso de recursos e serviços prestados, como

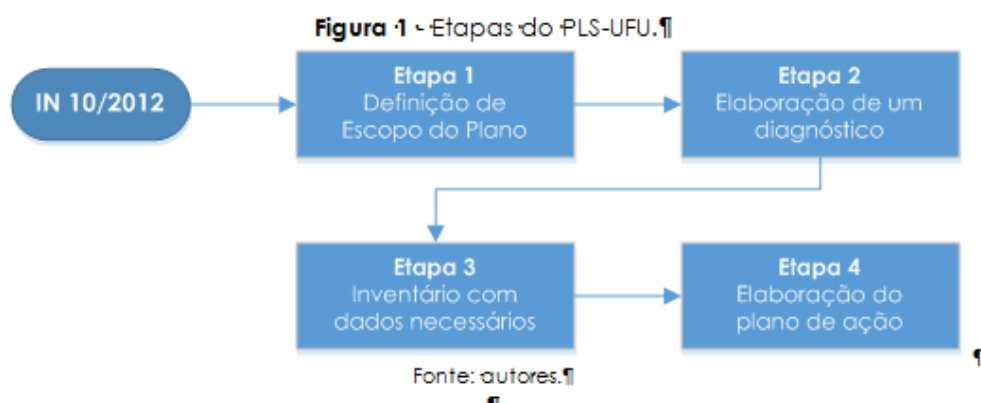
quantidades de material de consumo, gastos com água, energia, limpeza, segurança e deslocamento de pessoal, além das ações de qualidade de vida para embasar o diagnóstico atual da UFU.

Feito o diagnóstico do cenário atual da Universidade, traçou-se metas, objetivos e ações com vistas a melhorar o desempenho da instituição em termos de logística sustentável, atendendo às demandas da comunidade universitária de forma eficiente e economicamente responsável.

Finalmente, a CIGEA reuniu-se para a finalização do documento e envio para apreciação do CONSUN.

3.1. Elaboração

O PLS-UFU foi elaborado tendo como principal referência a metodologia proposta pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e é composto pelas etapas apresentadas na Figura 1.



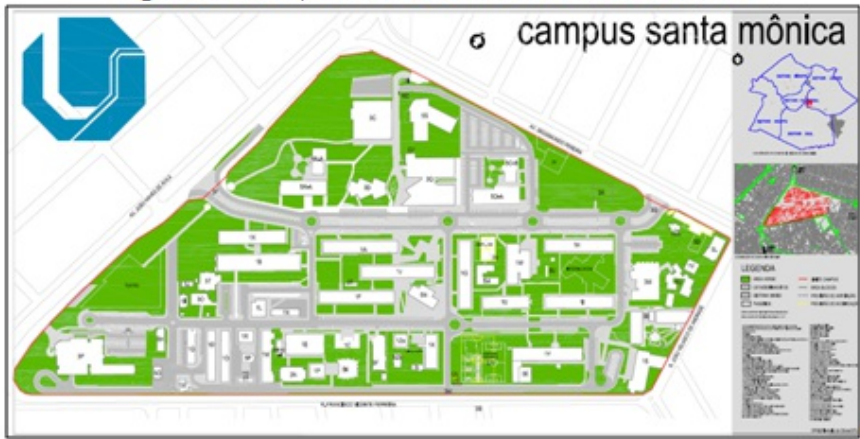
3.2. Implementação

Após a etapa de elaboração, o plano será encaminhado para a Secretaria Geral da UFU, que pautará, após a nomeação do relator, à apreciação pelo CONSUN, órgão máximo de decisão desta Universidade. Em seguida, após ser aprovado pelo CONSUN, o plano será implantado em todas as unidades e setores da UFU.

O plano foi concebido de forma a abranger toda a UFU e sua implementação deverá contar com a participação de todas as unidades, que deverão encaminhar à CIGEA todo o acompanhamento dos progressos que forem obtidos em cada unidade.

A metodologia proposta pela CIGEA prevê a descentralização das ações de sustentabilidade por parte dos Campi que compõem a UFU apresentados nas Figuras de 2 a 7, além do Campus de Patos de Minas/MG que funciona, provisoriamente, em prédios cedidos.

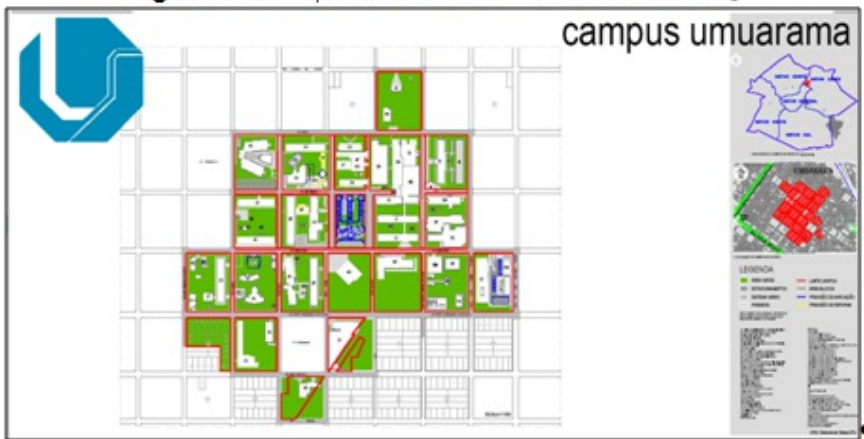
Figura 2 - Campus Santa Mônica - Uberlândia/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

O Campus Santa Mônica (Figura 2) está situado na cidade de Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro, e nele a UFU oferece 42 cursos de graduação e 32 de pós-graduação, além de unidades acadêmicas e administrativas, incluindo a Reitoria.

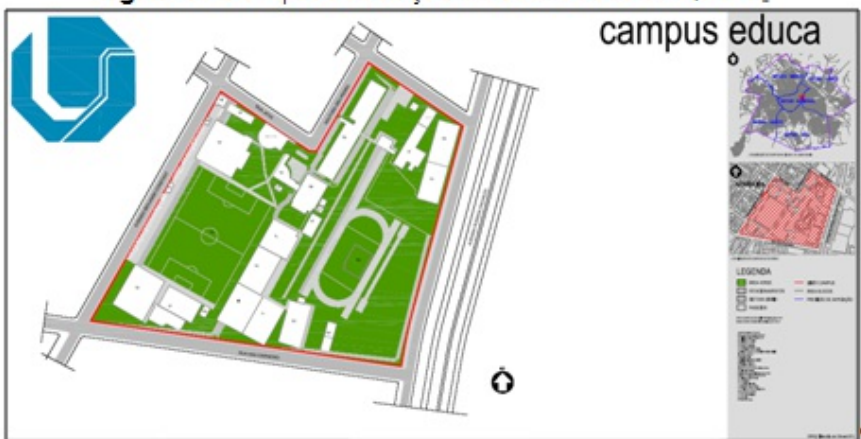
Figura 3 - Campus Umuarama - Uberlândia/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

No Campus Umuarama (Figura 3), também em Uberlândia, são ofertados 8 cursos de graduação e 11 de pós-graduação e estão localizados os hospitais universitários, unidades acadêmicas e administrativas.

Figura 4 - Campus Educação Física - Uberlândia/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

Ainda em Uberlândia, o Campus Educa (Figura 4) oferece 2 cursos de graduação e 1 de pós-graduação e estão localizadas as instalações poliesportivas, as quais estão disponíveis a comunidade acadêmica e atendem, também, a sociedade em geral.

Figura 5 - Campus Glória – Uberlândia/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

Enfim, em Uberlândia tem-se ainda o Campus Glória (Figura 5) no qual são ministradas aulas a 4 cursos de graduação ligados às Ciências da Terra.

Figura 6 - Campus Pontal – Ituiutaba/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

Na cidade de Ituiutaba, também no Triângulo Mineiro, está situado o Campus Pontal (Figura 6) no qual são ofertados 10 cursos de graduação e 1 de pós-graduação, além de unidades acadêmica e administrativas.

Figura 7 - Campus Monte Carmelo/MG.



Fonte: Diretoria de Obras/UFU

O Campus Monte Carmelo (Figura 7) está localizado na região do Alto Paranaíba, no qual a UFU oferece 5 cursos de graduação, além de unidades acadêmica e administrativas. Além de Monte Carmelo, nessa mesma região há o Campus Patos de Minas, que ainda não conta com sede própria, porém oferta 3 cursos de graduação e 2 de pós-graduação.

A comunidade universitária poderá propor novas ações sustentáveis além daquelas já sugeridas pela CIGEA. As ações propostas deverão contribuir para a melhoria dos indicadores sugeridos nos temas (energia elétrica, água e esgoto, material de consumo, coleta seletiva, compras e contratações sustentáveis, qualidade vida no ambiente de trabalho e deslocamento de pessoal) apresentados pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, constantes na IN 10/12.

3.3. Avaliação da implementação

O CIGEA nomeará um Grupo Técnico de Trabalho (GTT), que será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do PLS, sendo de sua responsabilidade:

- Realizar reuniões ordinárias entre seus membros e colaboradores;
- Acompanhar a implementação das ações propostas no PLS-UFU;
- Produzir relatórios sobre os itens ou ações a serem avaliados;
- Acompanhar as metas estabelecidas no PLS-UFU semestralmente;
- Apresentar anualmente à CIGEA o Relatório de Acompanhamento que contenha a consolidação dos resultados alcançados e propostas de iniciativas a serem revisadas ou modificadas;
- Propor novas ações ao PLS-UFU;
- Publicar as ações realizadas e o resumo dos resultados das ações (metas alcançadas), em endereço eletrônico institucional.

4. DIAGNÓSTICO

A seguir será apresentado o levantamento do que a UFU tem desenvolvido em termos de práticas de sustentabilidade, bem como o inventário do consumo de bens e similares realizado nos últimos três anos.

4.1. Inventário de práticas de sustentabilidade

A UFU adota algumas práticas de sustentabilidade em seus Campi,

como racionalização de alguns materiais de consumo por meio de ações de sensibilização, modificação de procedimentos em relação a impressão de documentos, logística reversa de cartuchos e tonners e gerenciamento de alguns tipos de Resíduos pelo sistema de Coleta Seletiva Solidária.

4.2. Inventário de bens e similares

A seguir será apresentado o inventário dos itens utilizado pela UFU no período de 2014 a 2016, no que se refere a materiais de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, ações para a promoção da qualidade de vida e saúde do trabalhador, telefonia fixa e móvel, vigilância, limpeza e deslocamento de pessoal.

Para os cálculos de consumo per capita foram consideradas as populações de usuários apresentadas na Tabela 1. Cabe observar que a comunidade UFU utilizada no cálculo de consumo per capita considerou apenas os usuários presenciais, sendo desconsiderados, por exemplo, os alunos de curso de graduação EAD e pós-graduação lato sensu.

Tabela 1: Comunidade de usuários UFU.

Número estimado da comunidade UFU	2014	2015	2016
Alunos de Pós-Graduação (Doutorado)	1.006	1.128	1.366
Alunos de Pós-Graduação (Mestrado)	1.648	2.013	3.444
Alunos de Graduação	19.714	20.734	20.733
Docentes (todos os Níveis)	1.823	1.888	1.908
Alunos de Educação Básica (e profissional)	1.380	1.269	1.356
Técnicos Administrativos	1.756	1.840	1.741
Funcionários Terceirizados	1.205	1.097	1.151
TOTAL	28.532	29.969	31.699

Fonte: Anuários UFU (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

Todas as informações do inventário de materiais de consumo e prestação de serviços apresentadas nos itens 2.2.1 até 2.2.8 foram obtidas por meio da Diretoria de Administração de Materiais (DIRAM), Diretoria de Logística (DIRLO), Divisão de Elaboração de Projetos Básicos e Acompanhamento de Contratos (DIEPC), Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor (DIRQS), Diretoria de Sustentabilidade (DIRSU), Divisão de Serviços Gerais (DISEG), Divisão de Vigilância e Segurança Patrimonial (DIVIG) e Diretoria de Orçamento (DIROR). Todos os dados relacionados nesses itens referem-se à demanda total da UFU, não contabilizando o Hospital de Clínicas (HC). Os cálculos seguiram o proposto no Apêndice I.

4.2.1. Materiais de Consumo

Os materiais de consumo inventariados foram: papel comum, papel reciclado, copos descartáveis de 50 e 200 mL e cartuchos e tonners.

4.2.1.1. Papel Comum

Tabela 2: Consumo de papel comum nos anos de 2014 a 2016.

		Papel Comum		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Consumo	quant. resmas	A - 23.250	A - 22.509	A - 27.641
		M - 1.937	M - 1.876	M - 2.303
Consumo per capita	nº resmas/NS*	A - 4,86	A - 4,66	A - 5,76
		M - 0,40	M - 0,39	M - 0,48
Gasto com aquisição	Valor (R\$)	A - 221.805	A - 214.087,9	A - 273.762,72
		M - 18.484	M - 17.840,7	M - 22.813,56

*NS = Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

Fonte: DIRAM e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

O consumo per capita de papel comum foi calculado de acordo com a fórmula: Número de resmas ÷ Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) indicada no Apêndice.

4.2.1.2. Papel Reciclado

☰

Tabela 3: Consumo de papel reciclado nos anos de 2014 a 2016.

		Papel Reciclado		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Consumo	quant. resmas	A - 495	A - 462	A - 221
		M - 41	M - 38	M - 18
Consumo per capita	nº resmas/NS*	A - 0,10	A - 0,096	A - 0,046
		M - 0,009	M - 0,008	M - 0,004
Gasto com aquisição	Valor (R\$)	A - 5.143,35	A - 5.173,97	A - 2.519,35
		M - 428,61	M - 431,16	M - 209,94

*NS = Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

Fonte: DIRAM e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

□

O consumo per capita de papel reciclado foi calculado de acordo com a fórmula: Número de resmas ÷ Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) indicada no Apêndice.

4.2.1.3. Copos Descartáveis

Tabela 4: Consumo de copos descartáveis de 200 ml e 50 ml de 2014 a 2016.

		Copos Descartáveis		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Consumo (200 ml)	quant. pacotes (200 ml)	A - 19.908 M - 1.659	A - 17.606 M - 1.467	A - 16.500 M - 1.375
Consumo (50 ml)	quant. pacotes (50 ml)	A - 4.592 M - 382	A - 3.046 M - 254	A - 3.608 M - 301
Consumo per capita (200 ml)	nº de pacotes/NS* (200 ml)	A - 4,16 M - 0,35	A - 3,65 M - 0,30	A - 3,44 M - 0,29
Consumo per capita (50 ml)	nº de pacotes/NS* (50 ml)	A - 0,96 M - 0,08	A - 0,63 M - 0,05	A - 0,75 M - 0,06
Gasto com aquisição	Valor (R\$) (200 ml + 50 ml)	A - 51.759,8 M - 4.313,3	A - 40.291,6 M - 3.357,6	A - 42.901,47 M - 3.575,11

*NS = Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

Fonte: DIRAM e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

Os consumos per capita de copos descartáveis de 50ml e 200ml foram calculados pela fórmula: Número total de pacotes de copos ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) indicada no Apêndice.

4.2.1.4. Cartuchos e Tonners

Em relação a cartuchos e tonners, a UFU adota o processo de logística reversa, sendo prevista nas licitações para estes itens.

Tabela 5: Dados de cartuchos e tonners de 2014 a 2016.

		Cartuchos e tonners		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Consumo	Quantidade (peças)	A - 6.874 M - 572,83	A - 5.822 M - 485,17	A - 5.861 M - 488,62
Consumo per capita	QCT*/NS**	A - 1,44 M - 0,12	A - 1,21 M - 0,10	A - 1,22 M - 0,10
Gasto com aquisição	Valor (R\$)	A - 296.858,42 M - 24.738,20	A - 256.858,83 M - 21.404,90	A - 235.000,58 M - 19.583,38
Gasto per capita	VCT*** / NS**	A - 62,05 M - 5,17	A - 53,23 M - 4,44	A - 48,96 M - 4,07

*QCT = Quantidade consumida de Cartuchos e Tonners.

**NS = Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

***VCT = Valor total do número de Cartuchos e Tonners consumidos.

Fonte: DIRAM e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

O consumo per capita de cartuchos e tonners foi calculado pela fórmula: Quantidade consumida de cartuchos e tonners ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

O gasto per capita destes materiais foi calculado seguindo a fórmula: Valor total do número de cartuchos e tonners consumidos na Universidade ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados). Ambas as fórmulas estão indicadas no Apêndice.

4.2.2. Energia Elétrica

Na Tabela 6 são apresentados os dados de consumo e gastos com energia elétrica de 2014 a 2016.

Tabela 6: Consumo de energia elétrica nos anos de 2012 a 2016.

		Energia elétrica		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Consumo	kWh	A - 13.060.826,00	A - 13.910.196,00	A - 13.690.949,00
		M - 1.088.402,17	M - 1.159.183,00	M - 1.140.912,42
Consumo per capita	Total kWh/TP*	A - 457,76	A - 464,15	A - 432,00
		M - 38,15	M - 38,68	M - 36,00
Gasto	R\$	A - 4.657.206,10	A - 7.190.106,66	A - 7.098.018,59
		M - 388.100,51	M - 599.175,55	M - 591.501,55
Gasto per capita	VE**/TP*	A - 163,23	A - 239,92	A - 223,92
		M - 13,60	M - 19,99	M - 18,65
Gasto por área construída	R\$/m²	A - 17,51	A - 19,48	A - 18,88
		M - 1,46	M - 1,62	M - 1,57

*TP = Total de Pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

**VE = Valor total dos contratos de Energia elétrica

Fonte: CEMIG e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

O consumo per capita de energia elétrica foi calculado pela fórmula: Consumo total de energia elétrica, em quilowatt-hora (KWh), na Universidade ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

O gasto per capita deste serviço foi calculado seguindo a fórmula: Valor total dos contratos de energia elétrica na Universidade ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes). Ambas as fórmulas estão indicadas no Apêndice.

4.2.3. Água e esgoto

Na Tabela 7 são apresentados os consumos de água de 2014 a 2016. Vale ressaltar que como a característica do esgoto da instituição se enquadra em efluente doméstico, a taxa única paga pela coleta de esgoto está incluso no valor da fatura, por meio de estimativa de utilização de água, e que a concessionária municipal dispõe de tratamento adequada atendendo a legislação pertinente.

Tabela 7: Consumos de água de 2014 a 2016.

		Água e Esgoto		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Volume de água consumido	m³	A - 175.974 M - 14.664,50	A - 158.324 M - 13.193,67	A - 169.194 M - 14.099,50
Consumo per capita	Total de m³/TP*	A - 6,17 M - 0,51	A - 5,28 M - 0,44	A - 5,34 M - 0,44
Gasto com água	R\$	A - 1.243.758,51 M - 103.646,54	A - 1.296.593,51 M - 108.049,46	A - 1.396.590,05 M - 116.382,50
Gasto com água per capita	VA**/TP*	A - 43,59 M - 3,63	A - 43,26 M - 3,60	A - 44,06 M - 3,67

*TP = Total de Pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

**VA = Valor total dos gastos com contratos de Água.

Fonte: DEPC e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

□

O consumo per capita de água foi calculado pela fórmula: Consumo total de água, em metros cúbicos (m³), consumida na Universidade ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

O gasto per capita deste serviço foi calculado seguindo a fórmula: Valor total dos gastos com contratos de água na Universidade ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes). Ambas as fórmulas estão indicadas no Apêndice.

4.2.4. Coleta Seletiva

Na Tabela 8 são apresentados os dados de coleta seletiva de papel, papelão e plástico de 2014 a 2016 realizados no Programa Coleta Seletiva Solidária.

Tabela 8: Dados de coleta seletiva de papel, papelão e plástico de 2014 a 2016.

		Coleta Seletiva		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
papel para reciclagem	Quantidade (Kg)	A - 36.005,90 M - 3.000,49	A - 62.540 M - 5.211,67	A - 66.773 M - 5.564
papelão para reciclagem	Quantidade (Kg)	A - 57.842,50 M - 4.820,21	A - 85.064 M - 7.088,67	A - 88.307 M - 7.359
plástico para reciclagem	Quantidade (Kg)	A - 29.805,70 M - 2.483,81	A - 33.348 M - 2.779	A - 24.775,20 M - 2.064,58
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Quantidade de papel + papelão + plástico (Kg)	A - 123.654,10 M - 10.304,51	A - 180.952 M - 15.079,33	A - 179.855,20 M - 14.987,93

Fonte: DIRSU.

4.2.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

As ações de qualidade de vida estão relacionadas aos aspectos da saúde e segurança do trabalho dos servidores UFU. Os programas envolvidos são:

- Programa Qualidade de Vida em Ação: visa oferecer informações gerenciais gerais (afastamentos, readaptações, exames periódicos, etc) e realizar intervenções pontuais, aprofundando em situações específicas, verificadas por meio da aplicação de questionários no próprio ambiente de trabalho.
- Exames Periódicos: incentivar a participação nos exames ocupacionais periódicos, de acordo com idade e atividades executadas pelo servidor, em conformidade com o art. 206-A da Lei Federal 8.112/1990 e Decreto Federal 6.856/2009.
- Levantamento de Riscos Ocupacionais: analisar os fatores de risco, sejam físicos, biológicos, químicos, mecânicos ou ergonômicos, presentes nos ambientes de trabalho.
- Manutenção nos extintores de incêndio: planejamento e manutenção preventiva de extintores, possibilitando a manutenção da segurança nos ambientes e evitando prejuízos aos servidores e à Universidade em casos de incêndio.
- Cuidado de Si: Projeto itinerante com objetivo de alertar os servidores quanto à saúde e qualidade de vida.

Tabela 9: Dados de Qualidade de vida no ambiente de trabalho no período de 2014 a 2016.

Qualidade de Vida				
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Programa Qualidade de Vida em Ação	Quantidade de divisões atendidas	7	4	4
Exames Periódicos	NS atendidos/NS* convocados (%)	26	29	35
Levantamento de Riscos Ocupacionais	DA**/DPA*** (%)	5	5	30
Manutenção nos extintores de incêndio	$\frac{NE^{\dagger}}{\text{verificados}} / \frac{NE^{\dagger}}{\text{total}} (%)$	100	100	100
Cuidado de Si	Quantidade de divisões atendidas	21	3	27

*NS = Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

**DA = Divisões Analisadas.

***DPA = Divisões Passíveis de Análise.

\dagger NE = Número de extintores.

Fonte: DIRQS.

A porcentagem de exames periódicos realizados foi calculada pela fórmula: Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) atendidos ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) convocados; a de levantamento de riscos ocupacionais foi calculado seguindo a fórmula: Número de divisões analisadas ÷ Número de divisões passíveis de análise e a de manutenção de extintores de incêndio pela fórmula: Número de extintores verificados ÷ Número total de extintores. Todas as fórmulas estão indicadas no Apêndice.

4.2.6. Telefonia

Os contratos de telefonia da UFU são divididos entre telefonia fixa e móvel, deste modo na Tabela 10 serão apresentados os dados referentes às

linhas fixas e na Tabela 11 às linhas móveis.

4.2.6.1. Telefonia Fixa

☐

Tabela 10: Gastos com telefonia fixa no período de 2014 a 2016.

		Telefonia fixa		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Gasto com contratos	Valor total (R\$)	A - 988.366,13 M - 82.363,84	A - 1.102.938,91 M - 91.911,58	A - 1.111.409,77 M - 92.617,48
Gasto per capita	VT*/NS**	A - 206,60 M - 17,22	A - 228,59 M - 19,56	A - 231,54 M - 19,29

*VT = Valor total dos gastos com contratos de telefonia.

**NS = Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

Fonte: DISEG e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

☐

O gasto per capita com telefonia fixa foi calculado de acordo com a fórmula: Valor total dos gastos com contratos de telefonia na Universidade ÷ Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) indicada no Apêndice.

4.2.6.2. Telefonia Móvel

☐

Tabela 11: Gastos com telefonia móvel no período de 2014 a 2016.

		Telefonia móvel		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015	2016
Gasto com contratos	Valor total (R\$)	A - 33.583,58 M - 2.798,63	A - 32.446,20 M - 2.703,85	A - 36.467,72 M - 2.703,85
Gasto per capita	VT*/NS**	A - 7,02 M - 0,58	A - 6,72 M - 0,56	A - 7,60 M - 0,63

*VT = Valor total dos gastos com contratos de telefonia.

**NS = Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

Fonte: DISEG e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

☐

O gasto per capita com telefonia móvel foi calculado de acordo com a fórmula: Valor total dos gastos com contratos de telefonia na Universidade ÷ Número de Servidores (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) indicada no Apêndice.

4.2.7. Vigilância

Na Tabela 12 são apresentados os dados referentes à vigilância. Nota-se que em 2016 houve aumento nos valores gastos apesar da diminuição do número de terceirizados, porém destaca-se que neste ano foram contabilizados todos os campi da UFU.

Tabela 12: Dados relacionados com vigilância no período de 2014 a 2016.

Indicador	Descrição	Vigilância		
		Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014*	2015*	2016
Pessoal	nº terceirizados	360	306	202
Gasto com vigilância	R\$	A - 13.261.170,12 M - 1.105.097,51	A - 11.402.409,72 M - 950.200,81	A - 22.768.369,34 M - 1.897.364,11
Gasto per capita	VV**/TP*** (R\$)	A - 464,78 M - 38,71	A - 380,47 M - 31,71	A - 718,27 M - 59,85
Gasto com vigilância por área total (m²)	VV**/AT† (R\$)	A - 0,57 M - 0,05	A - 0,62 M - 0,05	A - 1,19 M - 0,10
Ocorrências de furtos/roubos	nº de ocorrências	72	141	156
Ocorrências de vandalismo/diversos	nº de ocorrências	13	82	40
Ocorrências de colisões	nº de ocorrências	13	28	25

*não foram contabilizados dados dos Campi Monte Carmelo e Patos de Minas.

**VV = Valor total dos gastos com contratos de Vigilância.

***TP = Total de Pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

†AT = Área total externa dos Campi.

Fonte: DIVIG e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

O gasto per capita com vigilância foi calculado de acordo com a fórmula: Valor total dos gastos com contratos de Vigilância na Universidade ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

O cálculo por área pela fórmula: Valor total dos gastos com contratos de Vigilância na Universidade ÷ Área total construída dos Campi, em metros quadrados (m²). Ambas indicadas no Apêndice.

4.2.8. Limpeza

Os contratos de limpeza da Universidade são divididos em limpeza interna e externa, dessa forma a Tabela 13 apresenta dados referentes aos dois tipos de contratos.

Tabela 13: Dados relacionados à limpeza no período de 2014 a 2016.

		Limpeza		
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014	2015^{III}	2016
Gasto com limpeza área construída*	R\$	A - 10.538.553,87 M - 878.212,82	A - 9.034.096,44 M - 752.841,37	A - 2.894.276,13 M - 241.189,68
Área total construída	m ²	266.065,24	352.754	359.695
Gasto com limpeza área externa**	R\$	A - 1.840.364,28 M - 153.363,69	A - 1.974.504,94 M - 164.542,08	A - 25.550.793,02 M - 2.129.232,75
Área total externa	m ²	22.849.172,76	17.896.334	18.777.349
Gasto com limpeza por área total construída*	VLI*/AC**(R\$)	A - 39,61 M - 3,30	A - 25,61 M - 2,13	A - 8,05 M - 0,67
Gasto com limpeza por área total externa**	VLE***/AE(R\$)	A - 0,08 M - 0,01	A - 0,10 M - 0,01	A - 1,36 M - 0,11
Gasto com limpeza por área total	VLI* + VLE***/AT(R\$)	A - 0,53 M - 0,04	A - 0,60 M - 0,05	A - 1,48 M - 0,12

*VLI = Valor total dos gastos com contrato para Limpeza Interna.

**AC = Área total Construída dos Campi.

***VLE = Valor total dos gastos com contrato para Limpeza Externa.

AE = Área total Externa dos Campi.

AT = Área Total dos Campi

não foram contabilizados dados dos campi Monte Carmelo e Patos de Minas.

Fonte: Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

□

O gasto com limpeza por área construída foi calculado de acordo com a fórmula: Valor total dos gastos com contrato para limpeza interna da Universidade ÷ Área total construída dos Campi, em metros quadrados (m²); por área externa pela fórmula: Valor total dos gastos com contrato para limpeza externa da Universidade ÷ Área total externa dos Campi, em metros quadrados (m²).

O cálculo por área total pela fórmula: Valor total dos gastos com contrato para limpeza interna da Universidade + Valor total dos gastos com contrato para limpeza externa da Universidade ÷ Área total dos Campi, em metros quadrados (m²). Todas indicadas no Apêndice.

4.2.9. Deslocamento de pessoal

O deslocamento de pessoal na UFU entre os Campi a partir de frota própria e complementada por frota terceirizada. Na Tabela 14 estão os dados de consumo de combustíveis desses veículos.

Tabela 14: Dados referentes ao deslocamento de pessoal no período de 2014 a 2016.

Deslocamento de pessoal				
Indicador	Descrição	Apuração anual (A) e média mensal (M)		
		2014*	2015	2016
Consumo de combustíveis	Etanol (L)	A -	A - 3.000,91 (3,9%)	A - 1.768,11 (2,3%)
		M -	M - 250,07	M - 147,34
	Gasolina (L)	A -	A - 74.615,05 (96,1%)	A - 76.269,48 (98,3%)
		M -	M - 6.217,92	M - 6.355,79
	Diesel (L)	A -	A - 213.352,51	A - 141.580,83
		M -	M - 17.779,38	M - 11.798,40
Total de consumo de combustíveis	Etanol + Gasolina + Diesel (L)	A -	A - 290.968,47	A - 220.218,42
		M -	M - 24.247,37	M - 18.351,53
Consumo total de combustível per capita	Total de litros)/TP**	A -	A - 9,80	A - 6,95
		M -	M - 0,82	M - 0,58

*dados sobre consumo de combustíveis não coletados nesse período.

**TP = Total de Pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

Fonte: DIROR e Anuários (<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>).

O consumo per capita de combustível foi calculado seguindo a seguinte fórmula: Consumo total de combustível (etanol, gasolina e diesel), em litros (L) ÷ Total de pessoal (incluindo: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes) indicada no Apêndice.

4.2.10. Compras e contratação em geral

Para o tema Compras e Contratação em Geral não serão propostos indicadores por não haver na instituição ferramentas para inventariar quais itens adquiridos tem características de sustentabilidade, contudo, está em fase de implantação uma comissão que irá trabalhar diretamente este tema, implantando no sistema de compras da Universidade a categoria de itens sustentáveis, possibilitando a obtenção do indicador para mensurar o percentual de orçamento destinado para aquisição de itens sustentáveis, sendo possível a indicação de metas e ações.

5. Planos de ação

A seguir serão descritas as ações a serem aplicadas pela UFU para a adoção de práticas e consumo mais sustentáveis.

5.1. Material de consumo

5.1.1. Papel

Os objetivos das ações relacionadas ao consumo de papel são a racionalização e redução do uso de papel e a substituição do consumo de papel comum por reciclado no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, tendo como referência o consumo registrado em 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Metas, ações e indicadores para racionalização e redução do uso de papel.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução do consumo total de papel	Promoção de campanha de educação ambiental e sensibilização da Comunidade Acadêmica	Consumo per capita	5%	2%	2%	0%
	Criação de resolução ou portaria interna da UFU, reiterando ações de sustentabilidade					
Substituição do consumo de papel comum pelo reciclado						

Fonte: autores.

A campanha de educação ambiental e sensibilização será destinada aos servidores, colaboradores e discentes da UFU. Inicialmente, a campanha informará e sensibilizará a comunidade dos problemas advindos do desperdício e da má destinação de resíduo reciclável, através da divulgação de dados da própria Universidade. Então, haverá conscientização da importância de ações como: imprimir apenas se necessário, realizar a correção do documento antes de sua impressão, utilizar o modo econômico de impressão, imprimir documentos no modo frente e verso, dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação e reutilizar envelopes.

Contará com o encaminhamento de informativo com instruções sobre a configuração da impressora para o modo "duplex" e também com a divulgação das demais ações de sustentabilidade promovidas. A divulgação acontecerá através de cartazes, folders, mensagens eletrônicas, página na internet e palestras. Vele destacar que esta campanha também contemplará a sensibilização da comunidade UFU em relação a outras ações de redução e otimização de consumo como, por exemplo, água e energia elétrica.

Por outro lado, a criação de resolução ou portaria reiterará a adoção de ações de sustentabilidade dos servidores e também orientará as unidades acadêmicas para que os trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações, teses e relatórios) sejam entregues em meio digital ou que a impressão seja executada frente e verso e somente em número de cópias necessárias.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRSU, o Gabinete do Reitor (GABIR) e a Diretoria de Compras e Licitações (DIRCL) e serão necessários recursos financeiro e pessoal.

5.1.2. Copos descartáveis

O objetivo das ações relacionadas ao consumo de copos descartáveis é a redução do uso no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, tendo como referência o consumo registrado em 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2 - Metas, ações e indicadores para redução do uso de copos descartáveis.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução do consumo de copos descartáveis	Levantamento do quadro de pessoal de cada setor	Consumo per capita	2%	2%	5%	5%
	Distribuição de Canecas para colaboradores					
	Campanha de sensibilização por meio de Endomarketing					

Fonte: autores.

Serão responsáveis pela implementação das ações as Pró-Reitorias, a DIRSU, os Setores Administrativos e a DIRLO e serão necessários recursos financeiro e pessoal.

5.1.3. Cartuchos e tonners para impressão

O objetivo das ações é reduzir o consumo de cartuchos e tonners para impressão no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021 e a restrição do número de modelos de impressoras adquiridas pela instituição, visando à adoção de modelos sustentáveis, otimização de armazenamento e manutenção de equipamentos. Será usado como referência o consumo registrado em 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 3.

Quadro 3 - Metas, ações e indicadores para redução do consumo de cartuchos e tonners para impressoras.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução do consumo de cartuchos e tonners de impressão	Optar, sempre que possível, por ilhas de impressão	Consumo per capita	5%	2%	2%	2%
	Treinamento da equipe de informática					
	Adoção da fonte <u>Century Gothic</u> como padrão					

Fonte: autores.

O treinamento da equipe de informática visa à realização de ações que levam a otimização dos serviços de impressão, como, por exemplo, colocar o modo de impressão de rascunho como padrão ou diminuir a resolução em DPI. A adoção da fonte Century Gothic, preferencialmente no tamanho 10, como fonte e tamanho padrões para a impressão de todos os documentos levará a economia de tinta ou tonner.

Já, privilegiar a aquisição de impressoras via Catálogo de Materiais, salvo justificativa da unidade de uma necessidade de recurso específico, gerará uma maior rotatividade de estoque e diminuirá o vencimento do item sem uso nas prateleiras ou sua deterioração.

Serão responsáveis pela implementação das ações o Centro de Tecnologia da Informação (CTI) e a DIRAM e será necessário recurso pessoal.

5.2. Energia elétrica

O objetivo das ações é racionalizar o uso e reduzir a quantidade de energia consumida, diminuindo assim os gastos no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, tendo como referência o consumo registrado em 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 4.

☒ **Quadro 4 - Metas, ações e indicadores para redução do consumo de energia elétrica.**

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução do consumo	Análise e verificação de desperdícios	Consumo <i>per capita</i>	2%	2%	5%	0%
	Promoção de campanha de conscientização e sensibilização dos funcionários					
	Aquisição de equipamentos energeticamente mais eficientes					
	Promoção do uso racional de energia nos novos prédios					
	Revisar os contratos de energia elétrica					

Fonte: autores.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRSU, o CTI, a DIRAM, a DIRLO, a Diretoria de Infraestrutura (DIRIE) e a Divisão Financeira (DIFIN) em conjunto com a Divisão de Contratos (DCONT). Serão necessários recursos financeiros e pessoal.

5.3. Água e esgoto

O objetivo das ações relacionadas à água é racionalizar o seu uso, aproveitar a água de chuva e reaproveitar a água de sistemas e equipamentos no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021.

Com relação ao esgoto, o objetivo é dar destino adequado aos efluentes gerados pela Universidade, sendo este destino o encaminhamento para o tratamento de concessionária terceirizada ou pré-tratamento nos próprios Campi onde está previsto no Plano Diretor, tendo como meta estabelecer controle para o esgoto gerado em todas as instalações. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 5.

Quadro 5 - Metas, ações e indicadores para racionalização, redução e destinação da água e esgoto.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta								
			2018	2019	2020	2021					
Redução do consumo de água	Avaliação periódica dos sistemas hidráulicos e promoção de reparos que evitem desperdícios	Consumo <i>per capita</i>	0%	0%	2%	2%					
	Modernização dos sanitários										
	Construção de novos sanitários com torneiras inteligentes e vasos sanitários econômicos										
	Promoção de campanhas educativas sobre o uso racional da água						Gasto <i>per capita</i>	5%	5%	0%	0%
	Adoção de técnicas racionais e econômicas de irrigação de praças e jardins										
Monitoramento da utilização de água dos poços artesianos	Instalação de hidrômetros e realização de controle mensal de consumo										

Fonte: autores.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRSU, a DIRLO e a DIRIE. Serão necessários recursos financeiro e pessoal.

5.4. Telefonia

O objetivo das ações é reduzir os custos com ligações telefônicas para linhas fixas e móveis no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, ampliando o monitoramento e o controle dos processos de compras, contratações e manutenção nos serviços de telefonia fixa e móvel. A referência serão os gastos tidos em 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 6.

Quadro 6 - Metas, ações e indicadores para redução gastos com telefonia.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Redução no gasto com telefonia fixa e móvel	Promoção der campanhas de sensibilização dos usuários	Gasto per capita	0%	0%	2%	2%
	Quantificação do gasto mensal por uso de ramal ou linha telefônica fixa					

Fonte: autores.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRSU e a DIRLO e serão necessários recursos financeiro e pessoal.

5.5. Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O objetivo das ações relacionadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho tem por objetivo a promoção à saúde e qualidade de vida dos servidores da UFU. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos no Quadro 7.

Quadro 7 - Metas, ações e indicadores para melhorar a qualidade de vida dos servidores.

Descrição	Ação	Indicadores	Meta			
			2018	2019	2020	2021
Manter o número de divisões atendidas pelo Programa Qualidade de Vida em Ação	Traçar plano de ação para ampliar a aplicação dos questionários e intervenções.	Quantidade de divisões atendidas	5	5	5	5
Aumentar o número de servidores atendidos pelo programa de Exames Periódicos	Ações de incentivo ao cumprimento da convocação de exames periódicos realizada pela DIRQS.	nº servidores atendidos / nº servidores convocados (%)	50%	55%	60%	65%
Aumentar o número de divisões atendidas pelo Levantamento de Riscos Ocupacionais	Traçar plano de ação para ampliar o número de divisões analisadas.	Divisões analisadas / divisões passíveis de análise (%)	60%	70%	80%	90%
Manter a manutenção dos extintores.	Manter om plano de manutenção dos extintores.	nº de extintores verificados / total de extintores (%)	100%	100%	100%	100%
Manter a meta de número de unidades ofertadas anualmente do programa Cuidando de Si.	Traçar plano de ação para manutenção do número de ações oferecidas.	Quantidade de divisões atendidas	23	23	23	23

Fonte: DIRQS.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRQS, Divisão de Saúde Ocupacional (DISAO), Setor de Engenharia e Segurança do Trabalho (SESET) e o Setor Integrado de Ações de Promoção à Saúde (SIAPS) e serão necessários recursos financeiro e pessoal.

5.6. Deslocamento de pessoal

O objetivo das ações relacionadas ao deslocamento de pessoal visa otimizar o transporte de pessoas da UFU, com a meta de redução no consumo de combustíveis e a substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, tendo como referência o ano de 2014. As metas, ações e indicadores adotados estão descritos na Quadro 8.

Quadro 8 - Metas, ações e indicadores para redução dos gastos com deslocamento.

Descrição	Ação	Indicadores	Metas			
			2018	2019	2020	2021
Reduzir o consumo de combustíveis	Otimização dos transportes de pessoas; incentivar o uso de videoconferência	Consumo total de combustíveis <i>per capita</i>	2%	2%	2%	2%
Substituir o consumo de combustíveis fósseis por biocombustíveis	Estimular o uso de etanol nos carros oficiais.	% de consumo de biocombustíveis	2%	3%	8%	8%

Fonte: autores.

Serão responsáveis pela implementação das ações a DIRLO e a DIRSU e serão necessários recursos de pessoal.

6. Ações de divulgação

No que se refere às ações de divulgação, a UFU conta com espaço específico no site da instituição, de responsabilidade da DIRSU, em que as ações e atividades relacionadas a práticas sustentáveis são divulgadas. Desta forma, todas as novas medidas tomadas na implementação do PLS-UFU serão transmitidas por essa plataforma.

O texto do PLS-UFU, quando aprovado nos órgãos superiores da instituição, deverá ser publicado no site dando os devidos destaques para a participação de toda a comunidade bem como incentivar a colaboração de todos os usuários das instalações da UFU.

Portanto, é compreendido que a UFU dispõe de recursos para divulgação via Internet, bem como já ocorre com a Diretoria de Comunicação Social (DIRCO) da UFU que é parceira para divulgar e promover eventos, como já o fez em outros momentos.

6.1. Ações de sensibilidade

Conforme previsto no Plano de Ação deste PLS-UFU, as campanhas que deverão ser realizadas são as descritas no Quadro 9.

Quadro 9 - Campanhas de sensibilização a serem realizadas.

Descrição	Ação	Indicadores	Metas			
			2018	2019	2020	2021
Promover a conscientização dos colaboradores sobre sustentabilidade ambiental e divulgar as práticas sustentáveis implementadas no âmbito da UFU	Campanhas de sensibilização para o uso racional de recursos	Nº de ações	1	2	2	2

Fonte: autores.

6.2. Ações de capacitação

Para que os planos de ação previsto no PLS-UFU possam ser implementados com sucesso, ações deverão ser realizadas no sentido de preparar e capacitar os servidores e colaboradores da UFU. As ações previstas neste momento são as demonstradas no Quadro 10.

Quadro 10 - Campanhas de capacitação de servidores.

Descrição	Ação	Indicadores	Metas			
			2018	2019	2020	2021
Capacitar servidores e colaboradores em assuntos relacionados com gestão da logística sustentável.	Ofertar capacitação sobre sustentabilidade	Nº de Capacitações	1	1	1	1

Fonte: autores.

7. Metas Globais

No Quadro 11 são apresentadas as metas globais para os materiais de consumo e serviços, descritos nos itens anteriores, para o período de 2018 a 2021, possibilitando uma visão a médio prazo dos objetivos das ações previstas.

Quadro 11 – Resumo de Metas

Material/Serviço	Indicadores	Meta global
Papel	Consumo <i>per capita</i>	-8,76%
Copos descartáveis	Consumo <i>per capita</i>	-13,32%
Cartuchos/tonners	Consumo <i>per capita</i>	-10,59%
Energia elétrica	Consumo <i>per capita</i>	-8,76%
Água	Consumo <i>per capita</i>	-3,96%
	Gasto <i>per capita</i>	-9,75%
Telefonia	Gasto <i>per capita</i>	-3,96%
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Quantidade de divisões atendidas	Manter
	nº servidores atendidos / nº servidores convocados (%)	+30%
	Divisões analisadas / divisões passíveis de análise (%)	+50%
	nº de extintores verificados / total de extintores (%)	Manter
Deslocamento de pessoal	Consumo total de combustíveis <i>per capita</i>	-7,76%
	% de consumo de biocombustíveis	+22,54%
Ações de sensibilização	Nº de ações	+50%
Ações de capacitação	Nº de Capacitações	Manter

Fonte: autores.

8. Avaliação do PLS-UFU

As avaliações dos planos de ação serão, primeiramente, realizadas pelas unidades e órgãos da UFU que deverão monitorar os seus progressos e dificuldades em atingir as metas globais estabelecidas pelo PLS-UFU. A DIRSU, com o suporte da CIGEA e seus GTTs, procederá à avaliação do PLS-UFU com base nos resultados apresentados pelas unidades e órgãos da UFU.

Nas metas que apresentarem dificuldades para serem atingidas, tanto no nível local como no nível macro da UFU, deverão ser identificados os motivos do não cumprimento e poderão ser propostos alterações, substituições dos indicadores e ou adoção de novas metas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PLS-UFU aqui proposto é apenas o início das ações da UFU em direção à Produção e Consumo Sustentáveis. O plano será revisto periodicamente, à medida que ele for implementado e atualizado, poderá contemplar outras dimensões na busca da sustentabilidade da instituição. Vale destacar que a Universidade já desenvolve ações, no entanto, estas não estão estruturadas e atreladas a objetivos e metas de longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília/DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso: mar/2018.

BRASIL – Casa Civil. Lei Federal nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10295.htm>. Acesso: jul/2017.

BRASIL – Casa Civil. Decreto Federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso: jul/2017.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.856, de 25 de maio de 2009. Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm>. Acesso: mar/2018.

BRASIL – Casa Civil. Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso: jul/2017.

BRASIL – Casa Civil. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso: jul/2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. A3P – Agenda Ambiental na administração Pública. 5ªed., Brasília/DF, 2009, 95p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso: jul/2017.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/INSTRUCAO%20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view>>. Acesso: jul/2017.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MMA – Ministério do Meio Ambiente; MME- Ministério de Minas e Energia; MDS – Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial nº 244, de 6 de junho de 2012. Brasília/DF, 2012. Disponível em: <http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/Portaria_interministerial_244%20de%206%20de%20jun.pdf>.

Acesso: jul/2017.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art.16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Brasília/DF, nº 220, nov. 2012, p. 113. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instrucao-Normativa-10-2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>>. Acesso: jul/2017.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Anuário 2015 – ano base 2014. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento, Uberlândia/MG, 2015, 260p. Disponível: <<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>>. Acesso: jul/2017.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Anuário 2016 – ano base 2015. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento, Uberlândia/MG, 2016, 247p. Disponível: <<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>>. Acesso: jul/2017.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Dados gerais para o Anuário 2017 – ano base 2016. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Coordenação Geral da Diretoria de Planejamento, Uberlândia/MG, 2017, 35p. Disponível: <<http://www.proplad.ufu.br/servicos/estatisticas-e-informacoes>>. Acesso: jul/2017.

APÊNDICE

Considere para as fórmulas abaixo as seguintes variáveis:

AC = Área construída dos Campi (m²);

AE = Área externa dos Campi (m²);

AT = Área total dos Campi (m²);

DA = Divisões analisadas;

DPA = Divisões passíveis de análise;

NE = Número de extintores;

NS = Número de Servidores = técnicos administrativos + docentes + terceirizados;

QCT = Quantidade consumida de cartuchos e tonners;

TP = Total de Pessoal = técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes;

VA = Valor total de contrato de Água;

VCT = Valor total de cartuchos e tonners;

VE = Valor total de contrato de Energia Elétrica;

VLE = Valor total de contrato para limpeza externa;

VLI = Valor total de contrato para limpeza interna;

VT = Valor total de contrato de telefonia;

VV = Valor total de contrato de vigilância;

Fórmulas:

$$\text{Consumo Papel per capita} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de resmas}}{\text{NS}}$$

Número de resmas ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados)

$$\text{Consumo Copos Descartáveis per capita} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de pacotes}}{\text{NS}}$$

Número total de pacotes de copos ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

$$\text{Consumo de Cartuchos e Tonners per capita} = \frac{\text{QCT}}{\text{NS}}$$

Quantidade consumida de cartuchos e tonners ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

$$\text{Consumo de Energia Elétrica per capita} = \frac{\text{Total de KWH}}{\text{TP}}$$

Consumo total de energia elétrica, em quilowatt-hora (KWh), na Universidade ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Consumo de Água per capita} = \frac{\text{Total de M}^3}{\text{TP}}$$

Consumo total de água, em metros cúbicos (m³), consumida na Universidade ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Consumo de Combustível per capita} = \frac{\text{Total de Litros}}{\text{TP}}$$

Consumo total de combustível (etanol, gasolina e diesel), em litros (L) ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Gasto de Cartuchos e Tonners per capita} = \frac{\text{VCT}}{\text{NS}}$$

Valor total do número de cartuchos e tonners consumidos na Universidade ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

$$\text{Gasto de Energia Elétrica per capita} = \frac{VE}{TP}$$

Valor total dos contratos de energia elétrica na Universidade ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Gasto de Água per capita} = \frac{VA}{TP}$$

Valor total dos gastos com contratos de água na Universidade ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Gasto de Limpeza Interna por área} = \frac{VLI}{AC}$$

Valor total dos gastos com contrato para limpeza interna da Universidade ÷ Área total construída dos Campi, em metros quadrados (m²).

$$\text{Gasto de Limpeza Externa por área} = \frac{VLE}{AE}$$

Valor total dos gastos com contrato para limpeza externa da Universidade ÷ Área total externa dos Campi, em metros quadrados (m²).

$$\text{Gasto de Limpeza Total por área} = \frac{VLI + VLE}{AT}$$

Valor total dos gastos com contrato para limpeza interna da Universidade + Valor total dos gastos com contrato para limpeza externa da Universidade ÷ Área total dos Campi, em metros quadrados (m²).

$$\text{Gasto de Telefonia per capita} = \frac{VT}{NS}$$

Valor total dos gastos com contratos de telefonia na Universidade ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados).

$$\text{Gasto de Vigilância per capita} = \frac{VV}{TP}$$

Valor total dos gastos com contratos de Vigilância na Universidade ÷ Total de pessoal (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados + discentes).

$$\text{Gasto de Vigilância por área} = \frac{VV}{AT}$$

Valor total dos gastos com contratos de Vigilância na Universidade ÷ Área total construída dos Campi, em metros quadrados (m²).

$$\% \text{ de exames periódicos} = \frac{NS \text{ atendido}}{NS \text{ convocado}}$$

Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) atendidos ÷ Número de Servidores (incluídos: técnicos administrativos + docentes + terceirizados) convocados.

$$\% \text{ de levantamento de risco ocupacional} = \frac{DA}{DPA}$$

Número de divisões analisadas ÷ Número de divisões passíveis de análise.

$$\% \text{ de manutenção de extintores} = \frac{NE \text{ verificados}}{NE \text{ total}}$$

Número de extintores verificados ÷ Número total de extintores.